

Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda.

**(Anteriormente denominada
MercadoPago.com Representações Ltda.)**

Demonstrações Financeiras Consolidadas do
Conglomerado Prudencial Referentes ao Semestre e
Exercício Findos em 31 de dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.



Relatório da administração

Em atendimento à resolução nº 02/2020 e BCB nº146/2021 do Banco Central do Brasil (BACEN), a Administração do Conglomerado Prudencial MercadoPago.com Representações LTDA. ("Conglomerado") tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Conglomerado é constituído pela empresa líder Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. ("MPB") e pela Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("SCFI").

O Mercado Pago é uma solução integrada de pagamentos designada para facilitar as transações que forneçam aos seus usuários mecanismos fáceis e seguros de recebimentos e pagamentos. Esta solução é utilizada tanto para as operações realizadas no domínio MercadoLivre.com (online) como para outras plataformas de e-commerce (off-line).

A Mercado Crédito SCFI S.A tem por objetivo oferecer crédito por meio digital aos comerciantes e consumidores do Mercado Livre e usuários da instituição de pagamento Mercado Pago, utilizando a sinergia das plataformas existentes do marketplace e meios de pagamentos. Esta solução é utilizada tanto para as operações realizadas no domínio MercadoLivre.com (online) como para outras plataformas de e-commerce (off-line).

A administração reforça a oportunidade de democratizar o acesso ao crédito no país e ao comércio eletrônico através da oferta de produtos que busque complementar seus negócios, expandir o relacionamento e melhorar ainda mais a experiência de seus clientes provendo inclusão financeira de forma rápida, eficiente e segura.

O plano de negócio do Conglomerado prevê constante crescimento no volume de transações realizadas, bem como a possibilidade de lançamento de novos produtos.

O Mercado Pago obteve autorização pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), em 01 de novembro de 2018, a autorização para atuar como instituição de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica pré-paga, e em 11 de março de 2020, a autorização para atuar como instituição de pagamento na modalidade de emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador. A Mercado Crédito – SCFI, por sua vez, obteve autorização pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), em 09 de novembro de 2020, para atuar como instituição de crédito, financiamento e investimento de acordo com a publicação no Diário Oficial da União.

A administração da Companhia atesta que tem capacidade econômica e financeira de fazer frente a todas as suas obrigações.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Osasco, 28 de março de 2022.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Administradores e Cotistas do
Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. (Anteriormente denominada MercadoPago.com
Representações Ltda.)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. (“Companhia” ou “Conglomerado”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional - CMN e pelas regulamentações complementares do Banco Central do Brasil - BACEN, descritos na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do conglomerado prudencial do Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução CMN nº 4.280/13 e nas regulamentações complementares do BACEN para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas pela sua Administração para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/13 e das regulamentações complementares do BACEN.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Consequentemente, nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras

A Companhia elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras para fins gerais referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório do auditor independente, sem modificação, em 30 de março de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução CMN nº 4.280/13 e com as regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/13 e com as regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Conglomerado para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Conglomerado e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

CONGLOMERADO PRUDENCIAL - MERCADO PAGO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores em R\$ mil)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u> (Reapresentado)
ATIVO			
Disponibilidades	4.a	1.105.953	786.001
Instrumentos financeiros		12.917.045	7.023.594
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.a	163.102	-
Títulos e valores mobiliários	5.b	5.588.096	4.651.936
Instrumentos financeiros derivativos	5.c	11.785	-
Operações de crédito	5.d	303.916	1
Outros Ativos a Receber	5.e	6.850.146	2.371.657
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.d	(123.427)	-
Outros Créditos		167.181	150.522
Impostos e contribuições a compensar		167.181	150.522
Provisão para Chargeback	6	(183.170)	(64.804)
Ativos fiscais diferidos	19.b	268.505	136.024
Imobilizado de uso		64.298	68.979
Depreciações		(25.256)	(25.399)
Intangível	7	611.622	355.108
Amortizações	7	(230.734)	(147.269)
TOTAL DO ATIVO		<u>14.572.016</u>	<u>8.282.756</u>
PASSIVO			
Depósitos e demais instrumentos financeiros		13.913.222	7.793.283
Depósitos	8	9.503.589	4.382.467
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	8	515.919	-
Relações interfinanceiras	9	1.515.333	144.244
Obrigações por empréstimos	10	24.825	1.051.044
Instrumentos financeiros derivativos	5.c	4.418	33.809
Outros passivos diversos	11.a/b	2.349.138	2.181.719
Outras Obrigações	11.c	177.920	161.313
Impostos e contribuições a recolher		177.920	161.313
Provisões	12	27.748	17.930
Obrigações fiscais diferidas	19.b	11.214	4.432
TOTAL DO PASSIVO		<u>14.130.104</u>	<u>7.976.958</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social		577.340	347.340
Capital social	13.a	447.340	218.290
Aumento de capital - em aprovação		130.000	129.050
Outros resultados abrangentes		5.194	(9.811)
Prejuízos Acumulados		(256.808)	(71.676)
Participação de não controladores	13.c	116.186	39.945
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>441.912</u>	<u>305.798</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>14.572.016</u>	<u>8.282.756</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONGLOMERADO PRUDENCIAL -MERCADO PAGO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores em R\$ mil, exceto o prejuízo por cota)

	Notas	2º Semestre 2021	31/12/21	31/12/20
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		167.123	178.659	150.592
Rendas de operações de crédito		59.818	59.915	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		78.275	116.451	88.752
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		29.030	2.293	61.840
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(107.300)	(132.425)	(54.083)
Obrigações por empréstimos		(3.777)	(19.245)	(53.681)
Despesas com Juros e similares		(101.480)	(106.983)	-
Resultado de operações de câmbio		(2.043)	(6.197)	(402)
RESULTADO DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA ANTES DA PROVISÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		59.823	46.234	-
Provisão para perdas associadas a operações de crédito		(123.175)	(123.427)	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(63.352)	(77.193)	96.509
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(218.006)	(265.182)	(213.942)
Receitas de prestação de serviços	14	4.745.530	8.209.025	4.899.228
Despesas de pessoal	15	(319.550)	(563.556)	(367.661)
Outras despesas administrativas	16	(518.925)	(793.511)	(738.336)
Despesas tributárias	17	(640.763)	(1.133.451)	(750.106)
Despesa direta por transações de pagamentos	18	(819.158)	(1.282.191)	(1.263.963)
Despesa com serviços associados a transações de pagamento	18	(1.515.489)	(2.572.077)	(1.484.350)
Outras despesas operacionais	18	(1.149.651)	(2.129.421)	(508.754)
RESULTADO OPERACIONAL		(281.358)	(342.375)	(117.433)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O PREJUÍZO		(281.358)	(342.375)	(117.433)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19	95.548	108.418	38.552
Provisão para imposto de renda		(14.679)	(14.692)	(37.040)
Provisão para contribuição social		(10.352)	(10.365)	(14.228)
Provisão de imposto diferido		120.579	133.475	89.820
PREJUÍZO DO SEMESTRE E EXERCÍCIO		(185.810)	(233.957)	(78.881)
Participação controladores		(137.278)	(185.132)	(78.826)
Participação dos não controladores		(48.532)	(48.825)	(55)
Quantidade de cotas por média ponderada		525.845.420	425.058.204	150.289.985
Prejuízo por cota		(0,35)	(0,55)	(0,52)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONGLOMERADO PRUDENCIAL - MERCADO PAGO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Valores em R\$ mil

	2º Semestre	31/12/21	31/12/20
Prejuízo do semestre e exercício	(185.810)	(233.957)	(78.881)
Outros resultados abrangentes			
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado			
Resultado de avaliação a valor justo de títulos disponíveis para venda	35	49	(154)
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	73	86	(233)
Imposto sobre valor justo dos títulos disponíveis para venda	(37)	(37)	79
Hedge de Fluxo de Caixa	25.069	15.023	(9.079)
Parcela efetiva das mudanças no valor justo	36.677	22.219	(13.840)
(Ganhos)/Perdas a diferir para o resultado	1.305	543	131
Imposto sobre valor justo do Hedge de Fluxo de Caixa	(12.913)	(7.739)	4.630
Varição de Outros resultados abrangentes	25.104	15.072	(9.232)
Resultado abrangente líquido do semestre e exercício	(160.706)	(218.885)	(88.113)
Participação controladores	(112.282)	(170.126)	(88.058)
Participação dos não controladores	(48.424)	(48.759)	(55)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONGLOMERADO PRUDENCIAL - MERCADO PAGO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Valores em R\$ mil

	Notas	Capital Realizado	Aumento de Capital - em aprovação	Outros resultados abrangentes	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		68.290	40.000	(579)	14.300	-	122.011	-	122.011
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	(9.232)	-	-	(9.232)	-	(9.232)
Aumento de capital	13	150.000	(40.000)	-	-	-	110.000	40.000	150.000
Aumento de capital em aprovação	13	-	129.050	-	-	-	129.050	-	129.050
Remuneração de capital		-	-	-	(7.150)	-	(7.150)	-	(7.150)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(78.826)	(78.826)	(55)	(78.881)
Destinações:									
Reserva de lucros	13	-	-	-	(7.150)	7.150	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		218.290	129.050	(9.811)	-	(71.676)	265.853	39.945	305.798
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		218.290	129.050	(9.811)	-	(71.676)	265.853	39.945	305.798
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-	-	15.005	-	-	15.005	67	15.072
	13	229.050	(129.050)	-	-	-	100.000	125.000	225.000
Aumento de capital		-	130.000	-	-	-	130.000	-	130.000
Aumento de capital em aprovação		-	-	-	-	(185.132)	(185.132)	(48.825)	(233.957)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		447.340	130.000	5.194	-	(256.808)	325.726	116.186	441.912
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2021		447.340	-	(19.801)	-	(119.530)	308.009	39.610	347.619
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-	-	24.995	-	-	24.995	108	25.103
	13	-	-	-	-	-	-	125.000	125.000
Aumento de capital		-	130.000	-	-	-	130.000	-	130.000
Aumento de capital em aprovação		-	-	-	-	(137.278)	(137.278)	(48.532)	(185.810)
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	-	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		447.340	130.000	5.194	-	(256.808)	325.726	116.186	441.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONGLOMERADO PRUDENCIAL - MERCADO PAGO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Valores em R\$ mil

	2º Semestre de 2020	31/12/21	31/12/20
Prejuízo do semestre e exercício	(185.810)	(233.957)	(78.881)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	41.836	83.322	62.827
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e chargeback	254.053	241.793	33.694
Provisão para contingências	16.832	25.355	10.161
Juros apropriados de obrigações por empréstimos	6.099	21.566	53.681
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(120.579)	(133.475)	(94.469)
Total ajustes de reconciliação	12.430	4.605	(12.988)
Aumento/Redução nos ativos e passivos operacionais			
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(282.280)	(954.491)	(2.267.529)
Operações de crédito	(302.796)	(303.915)	-
Outros créditos e ativos a receber	(3.922.826)	(4.495.043)	(1.869.057)
Depósitos	3.985.971	5.121.120	2.253.927
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	515.919	515.919	-
Outras obrigações e outros passivos diversos	1.011.162	1.607.298	1.486.417
Pagamentos de Juros por empréstimos	(5.894)	(32.678)	(42.569)
Impostos de renda e contribuição social pagos	(67.774)	(67.818)	(118.541)
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	943.912	1.394.996	(570.341)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado de uso	-	(1.097)	-
Alienação de imobilizado de uso	5.778	5.778	9.134
Aquisições de intangível	(109.603)	(256.516)	(181.250)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(103.825)	(251.835)	(172.116)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento por obrigações por empréstimos	24.825	224.822	2.421.368
Pagamento por obrigações por empréstimos	(351.597)	(1.239.929)	(1.381.436)
Lucros distribuídos e pagos	-	-	(7.150)
Aumento de Capital	255.000	355.000	279.050
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(71.772)	(660.107)	1.311.832
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	768.315	483.054	569.375
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre e exercício	500.740	786.001	216.626
No final do semestre e exercício	1.269.055	1.269.055	786.001
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	768.315	483.054	569.375

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONGLOMERADO PRUDENCIAL - MERCADO PAGO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial abrangem a Instituição líder Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. ("Mercado Pago" ou "Companhia") que é constituída na forma de sociedade limitada, domiciliada no Brasil com sede na Avenida das Nações Unidas nº 3003, Parte E, Bonfim, Osasco, CEP 06233-903, e a Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Mercado Crédito" ou "SCFI") que é uma sociedade anônima fechada inscrito no CNPJ 37.679.449/0001-38 com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 3.003, Parte G, Bonfim, CEP 06233-903.

O Mercado Pago tem por objeto social ser uma solução integrada de pagamentos designada para facilitar transações que forneçam aos usuários mecanismos seguros e fáceis para recebimentos e pagamentos. Esta plataforma de tecnologia de serviços de gerenciamento de pagamentos é utilizada tanto para o domínio MercadoLivre.com quanto para outras plataformas de e-commerce e estabelecimentos físicos, através do qual as transações de pagamento realizadas pelos compradores são processadas e liquidadas para os vendedores e/ou prestadores de serviços, proporcionando aos usuários, segurança nas transações, flexibilidade e conveniência com os meios de pagamento disponíveis.

A Mercado Crédito tem por objeto social a prática de todas as atividades e operações ativas, passivas e acessórias permitidas pelas leis e demais normas aplicáveis as entidades do seu escopo, de acordo com as normas do Banco Central. O plano de negócio da SCFI é oferecer crédito de forma digital para pessoas jurídicas e pessoas físicas que já sejam usuárias da plataforma de marketplace do Mercado Livre e da instituição de pagamento Mercado Pago. Basicamente, a oferta de crédito para tais clientes será feita em duas modalidades: capital de giro e crédito direto ao consumidor.

O Mercado Pago obteve autorização pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), em 01 de novembro de 2018, a autorização para atuar como instituição de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica pré-paga, e em 11 de março de 2020, a autorização para atuar como instituição de pagamento na modalidade de emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador. A Mercado Crédito - SCFI, por sua vez, obteve autorização pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), em 09 de novembro de 2020, para atuar como instituição de crédito, financiamento e investimento. Todas estas autorizações do BACEN, conforme publicação no Diário Oficial da União. Desta forma, em decorrência da obtenção dessas autorizações, as Companhias adotam os procedimentos aplicáveis, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com os critérios determinados pelo BACEN.

Os controladores, por unanimidade, decidiram alterar a denominação social da Sociedade de MercadoPago.com Representações Ltda. para Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda., em atendimento ao disposto no artigo 5º, parágrafo 4º, inciso I, da Resolução BCB nº 80, de 25/03/2021 em AGE realizada na data de 28/12/21.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Apresentação

As demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram elaboradas para cumprir os requisitos da resolução BACEN nº 02/2020 e observando as regras contábeis definidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional "COSIF", conforme disposto na circular nº 3.833/17 do BACEN e resolução BCB nº 146/2021, e demais regulamentações complementares do BACEN.

A elaboração das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial, de acordo com os princípios contábeis adotados no Brasil, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros ou não), receitas, despesas e outras transações, tais como: i) valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; ii) provisão para chargeback; iii) prazo de vida útil do ativo imobilizado; iv) prazo de vida útil de ativos intangíveis; v) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de passivos contingentes; e vi) reconhecimento de créditos tributários, vii) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, entre outros. A liquidação das transações envolvendo esses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, a Companhia considerou o disposto na resolução do BACEN nº 02/2020 que revogou a Circular Bacen nº 3959/2019, e entrou em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras a partir de sua entrada em vigor. As alterações propostas por essa resolução se resumiram na apresentação de novos agrupamentos e modificações de nomenclatura contábil de certas contas do balanço. A apresentação dos ativos e passivos é realizada exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração referente a probabilidade de ocorrência de eventos subsequentes ou futuros que possam impactar certos ativos e passivos.

Estas demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram aprovadas para emissão pela Administração em 28 de março de 2021.

b) Consolidação

No processo de consolidação das Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial, os saldos das contas patrimoniais e os resultados das transações entre Mercado Pago e Mercado Crédito, foram eliminados, quando aplicável. Abaixo, demonstramos a entidade que foi incluída nas Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial:

Instituição financeira: Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

c) Reapresentação das Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020

A Administração decidiu reapresentar as Demonstrações Financeiras do período findo em 2020, com o objetivo de melhor demonstrar os saldos nos agrupamentos contábeis. Destacamos, que não houve alteração no total do ativo, passivo ou Patrimônio Líquido, sendo essa alteração para melhor compreensão das naturezas contábeis e de sua Demonstração Financeira. Abaixo demonstramos os efeitos dessas alterações no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 :

	Saldos anteriormente apresentado	Ajustes	Saldo reapresentado
ATIVOS			
Outros Ativos a Receber	2.522.179	(150.522)	2.371.657
Impostos e contribuições a compensar	-	150.522	150.522
Total dos ativos	8.282.756	-	8.282.756
PASSIVOS			
Outros passivos diversos	2.343.032	(161.313)	2.181.719
Impostos e contribuições a recolher	-	161.313	161.313
Total dos passivos	7.976.958	-	7.976.958

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001 e levam em consideração a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Negociação:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no Ativo Circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado;
- **Disponíveis para venda:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizadas são realizadas em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, são reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido; e
- **Mantidos até o vencimento:** nesta categoria são classificados os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários para as categorias aplicáveis, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no Resultado como perdas realizadas.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conglomerado Prudencial, levando em consideração a intenção e a capacidade financeira da Companhia, observados os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

Em 31 de dezembro de 2021, o Conglomerado Prudencial não possuía títulos classificados na categoria de "negociação" e "mantidos até o vencimento".

d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações a termo de moeda (Non Deliverable Forward – "NDF") e contabilizados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 que prevê a contabilização do diferencial a receber ou a pagar do valor de mercado na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" no Ativo ou Passivo, respectivamente, e apropriado ao resultado como receita (quando ganho) ou despesa (quando perda).

e) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação entre participantes de mercado na data da sua mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos e passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar são observáveis ou não observáveis.

Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações de Nível 2 são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações de Nível 3 são dados não observáveis para o ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo permanece o mesmo, ou seja, preço de saída na data de mensuração do ponto de vista do participante do mercado que detém o ativo ou deve o passivo.

f) Operações de crédito e outros créditos

São representados principalmente pelos valores a receber de instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e instituições de pagamento participantes de arranjo de pagamento, relativos a transações de pagamento. São os recebíveis que as adquirentes devem repassar à Companhia por conta do processamento das transações parceladas de cartões de crédito realizadas na plataforma do MercadoLivre.com e outras plataformas de e-commerce, registrados pelo valor da transação, líquido das comissões cobradas pelo serviço de processamento das adquirentes e de eventuais perdas prováveis.

O Conglomerado Prudencial também adota a política de efetuar a antecipação de parte do saldo destes valores. As taxas e os prazos de desconto são negociados a cada operação. Estas transações configuram como transferência de direitos de crédito e, tanto os riscos como os benefícios significativos destes ativos, são assumidos pelas instituições financeiras. A despesa financeira é reconhecida na Demonstração do Resultado no momento em que a Companhia concorda em liquidar antecipadamente um recebível.

A carteira de crédito inclui as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço.

g) Provisão para chargeback e créditos

A provisão para *chargeback* é realizada com base nas contestações dos valores a receber de transações de cartões de crédito junto às adquirentes e que estão em processo de análise, podendo ocasionar perdas futuras. A provisão é estimada utilizando-se o critério desenvolvido internamente pela Administração que leva em consideração um percentual aplicável sobre o total das transações realizadas.

A análise da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações concedidas pelo conglomerado Prudencial é realizada a partir da avaliação da classificação do atraso, de forma individual ou coletiva, estabelecida na Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN. A Administração exerce seu julgamento na avaliação da adequação dos montantes de perda esperada resultantes de modelos, conforme sua experiência.

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos bens tangíveis próprios e às benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros destinados à manutenção das atividades da Companhia ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social.

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os gastos diretamente atribuíveis à sua aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e ajustado por redução ao valor recuperável dos ativos ("*impairment*"), quando aplicável. Os gastos subsequentes são incluídos no valor contábil somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a tais custos e que possam ser mensurados com segurança. Os custos com reparos e manutenções são reconhecidos como Despesa quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. As depreciações são calculadas pelo método linear, considerando a vida útil estimada de uso para cada ativo, obedecendo as seguintes taxas anuais aplicadas: imóveis de uso e instalações em imóveis – 5%, móveis e utensílios – 20% e máquinas e equipamentos – 33%.

i) Intangível

Corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela Companhia, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

São reconhecidos pelo seu valor de custo, incluindo os gastos com desenvolvimento diretamente necessários para fazer com que estejam prontos para serem utilizados pela Administração, líquido das respectivas amortizações e ajustado por redução ao valor recuperável ("*impairment*"). Os custos associados à manutenção destes ativos são reconhecidos como Despesa conforme incorridos.

A amortização do Ativo Intangível com vida útil definida é reconhecida, mensalmente e de forma linear, ao longo da sua vida útil estimada, considerando as seguintes taxas anuais aplicadas: marcas e patentes – 20% e aquisições e desenvolvimento de software – 33%, considerando o período do contrato.

j) Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros

A Resolução CMN nº 3.566/2008 dispõe sobre procedimentos aplicáveis ao reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (“*impairment*”) é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se há alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2021.

k) Depósitos

Corresponde aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, inclusive os saldos em trânsito entre contas de pagamento da mesma instituição. Referem-se aos valores mantidos em contas de pagamento, a pagar aos usuários vendedores, oriundos das transações da plataforma MercadoLivre.com e outras plataformas e que, no fim de cada exercício, não tenham sido resgatados. São registrados pelos valores das transações dos vendedores, líquido das comissões cobradas pelo Mercado Pago (percentuais sobre a venda realizada, processamento da transação na plataforma, parcelamento das compras, transferências financeiras da conta de pagamento para conta de depósito etc.). A atualização da captação dos depósitos são contratadas por uma taxa referenciada e reconhecido pelo método da taxa efetiva de juros.

Os recursos de aceites e emissão de títulos são reconhecidos com base em seu valor inicial, acrescidos dos juros e encargos financeiros incorridos até a data do balanço, calculados em base “pro rata temporis”.

l) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida no momento da prestação de serviço de pagamento escolhida pelo comprador para quitação de um produto adquirido por meio do domínio Mercado Livre ou em domínios de outras plataformas de e-commerce. É apresentada líquida de impostos, devolução, abatimentos e descontos.

O Mercado Pago oferece também serviços de meios de pagamentos, fora da plataforma do Mercado Livre e pode ser contratado por qualquer empresa de comércio eletrônico. Nesta modalidade, as receitas também são reconhecidas no momento da opção do comprador por efetuar o pagamento por meio do Mercado Pago.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e Carta-Circular BACEN nº 3.429/2010, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controle da Companhia. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras e sim, divulgado caso a realização do ganho seja provável. Quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o mesmo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido;
- Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar esta obrigação não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota.

Também se caracterizam como passivos contingentes as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão nem divulgação.

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) referem-se a demandas judiciais pelas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente.

n) Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

- Correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O regime de apuração adotado pela Companhia é o lucro real.
- Diferidos: os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças dedutíveis temporariamente, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

As alíquotas vigentes sobre lucros tributáveis no país para as operações realizadas por pessoas jurídicas são: 34% para o Mercado Pago e 40% para a SCFI, conforme previsto na legislação tributária desta jurisdição. Entre 01 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021 a alíquota referente a CSLL para SCFI foi de 20%, perfazendo uma alíquota total de 45%.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” diretamente no Patrimônio Líquido.

o) Benefícios a empregados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base na estimativa de pagamento da participação nos resultados. Esta é calculada conforme o cumprimento de metas estipuladas pela Administração. A participação nos resultados é destinada a todos os profissionais da Companhia.

p) Obrigações por empréstimos

Correspondem a empréstimos captados com terceiros, reconhecidos inicialmente pelo custo e atualizados de acordo com a taxa efetiva de juros.

q) Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

r) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do semestre aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Caixa (i)	258.842	-
Depósitos bancários	838.603	784.472
Depósitos no exterior – moeda estrangeira (ii)	8.508	1.529
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	<u>163.102</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.269.055</u>	<u>786.001</u>

(i) São valores depositados nos terminais eletrônicos 24 horas. (custódia da empresa Tecban - Tecnologia Bancaria S.A).

(ii) São compostos por valores disponíveis em dólar em contas bancárias no exterior.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Aplicações Interfinanceiras de liquidez

	<u>31.12.2021</u>
Aplicações em operações compromissadas	
Posição bancada	
Letra do Tesouro Nacional - LTN (i)	96.021
Letras Financeiras Do Tesouro - LFT (i)	<u>67.081</u>
Total	<u>163.102</u>

(i) As aplicações em operações compromissadas são operações overnight com prazo médio de vencimento até 30 dias. As operações compromissadas são pré fixadas e possuem taxa fixa entre 8,9% à 9,15%.

b) Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os títulos e valores mobiliários foram classificados como "Disponível Venda" e "Negociação".

	<u>31.12.2021</u>		<u>31.12.2020</u>
	Custo	Amortizado	Valor de Mercado
Títulos de Renda Fixa			Valor de Mercado
Negociação	-	-	40.066
Títulos privados	-	-	40.066
Cotas de fundos de investimento Renda Fixa	-	-	40.066
Disponível para Venda	5.588.154	5.588.096	4.611.870
Títulos privados	127.639	127.639	726.777
Certificados de depósitos bancários – CDB	88.102	88.102	726.724
Cédulas de crédito bancário - CCB	-	-	8
Cotas de fundos de investimento Renda Fixa	39.537	39.537	45
Títulos públicos	5.460.515	5.460.457	3.885.093
Letra Financeira do Tesouro - LFT	5.460.515	5.460.457	3.885.093
Total	<u>5.588.154</u>	<u>5.588.096</u>	<u>4.651.936</u>

	<u>31.12.2021</u>			<u>Valor de mercado</u>
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 Meses	
Títulos de Renda Fixa				
Disponível para Venda				
Títulos privados	39.537	88.102	-	127.639
Certificados de depósitos bancários – CDB	-	88.102	-	88.102
Cotas de fundos de investimento Renda Fixa	39.537	-	-	39.537
Títulos públicos	-	5.282.550	177.907	5.460.457
Letra Financeira do Tesouro - LFT (i)	-	5.282.550	177.907	5.460.457
Total	<u>39.537</u>	<u>5.370.652</u>	<u>177.907</u>	<u>5.588.096</u>

	<u>31.12.2020</u>			<u>Valor de mercado</u>
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 Meses	
Títulos de Renda Fixa				
Negociação	40.066	-	-	40.066
Títulos privados	40.066	-	-	40.066
Cotas de fundos de investimento	40.066	-	-	40.066
Disponível para Venda	45	711.558	15.173	726.777
Títulos privados	45	711.558	15.173	726.777
Certificados de depósitos bancários – CDB	-	711.551	15.173	726.724
Cédulas de crédito bancário - CCB	-	8	-	8
Cotas de fundos de investimento	45	-	-	45
Títulos públicos	-	3.540.222	344.871	3.885.093
LFT - vinculados à prestação de garantias (i)	-	3.540.222	344.871	3.885.093
Total	<u>40.111</u>	<u>4.251.780</u>	<u>360.044</u>	<u>4.651.936</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2021, o saldo compostos por Letras Financeiras do Tesouro ("LFT") utilizados para garantir os saldos de moedas eletrônicas mantidas nas contas de pagamento, conforme determinado pela Resolução BACEN nº 80 de 25 de março de 2021 é de R\$ 5.333.812. São ativos que possuem alta liquidez no mercado.

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias durante o exercício de 2021 e de 2020.

c) Instrumentos financeiros derivativos:

O Mercado Pago participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias de suas operações, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

Tais instrumentos financeiros derivativos são devidamente aprovados dentro da política de utilização destes produtos. Esta política determina que alguns aspectos devem ser analisados, tais como: objetivos, formas de utilização, riscos envolvidos etc.

O único instrumento derivativo utilizado é o contrato a termo de moeda (*Non Deliverable Forward* – NDF), cuja metodologia de precificação para a apuração do valor de mercado é a utilização do fluxo de caixa futuro descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros.

Segregação por tipo de contrato, contraparte e notional:

31.12.2021			
Contraparte	Valor de Referência (Notional)	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Contratos			
Termo de Moeda			
Termo de Moeda - Hedge Fluxo de Caixa	Mercado de Balcão	499.358	11.785 (4.418)
Total		499.358	11.785 (4.418)

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos possuem vencimento entre 01 de janeiro de 2022 e 01 de dezembro de 2022.

31.12.2020			
Contraparte	Valor de Referência (Notional)	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Contratos			
Termo de Moeda			
Termo de Moeda - Hedge Fluxo de Caixa	Mercado de Balcão	1.117.291	- (18.955)
Total		1.500.498	- (33.809)

Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Mercado Pago consistem em: hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa da empresa com exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas relativos a compra de dispositivos MPOS expressos em dólares americanos convertidos em reais.

O Mercado Pago aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Contrata moeda futura através de NDF's (*Non-Deliverable Forward*) indexados a Dólar futuro e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como objeto operações de compra de máquinas MPOS indexados em dólares fluante e negociados através de um plano anual de aquisição.

Os mesmos derivativos serão adquiridos gradualmente, com o objetivo de cobrir o plano mensal de compras estipulados inicialmente no plano anual de aquisições de MPOS para os próximos 12 meses.

Estratégias:	31.12.2021		
	Instrumentos de Hedge		Objeto
	Valor de Referência (Notional)	Marcação a Mercado	Valor de Referência (Notional)
Contratos de NDF			
Hedge Compra Futura de Ativo - USD x BRL (i)	499.358	7.367	497.722

Estratégias:	31.12.2020		
	Instrumentos de Hedge		Objeto
	Valor de Referência (Notional)	Marcação a Mercado	Valor de Referência (Notional)
Contratos de NDF			
Hedge Compra Futura de Ativo - USD x BRL (i)	383.207	(14.854)	383.171

(i) O valor do Ativo é referente ao montante do objeto de Hedge coberto na aquisição futura de máquinas MPOS. Os contratos de NDF (Non-Deliverable Forward) são adquiridos para cobrir o plano mensal dos próximos 12 meses com metodologia de cobertura de 80% para os 3 primeiros meses, 60% do 4º mês até o 6º mês, 40% do 7º mês até o 9º mês e 20% do 10º mês até o 12º mês. Em 31 de dezembro de 2021, o plano total de aquisição de ativos - MPOS corresponde a um valor de R\$ 1.000.684.

d) Operações de Crédito e Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

Saldo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, das operações de crédito contratadas no Sistema Financeiro Nacional:

(i) Composição da carteira de crédito e abertura por contraparte :

Modalidade de crédito	31.12.2021		31.12.2020
	Carteira	Provisão	Carteira
Crédito pessoal	648	(80)	-
Cartão de crédito	244.067	(115.336)	1
Capital de Giro	41.809	(5.784)	-
Financiamentos	17.392	(2.228)	-
Total	303.916	(123.427)	1
Circulante	303.916	123.427	1
Não Circulante			

Abertura por Contraparte:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Pessoa física	297.560	(122.611)	1	-
Pessoa jurídica	6.356	(816)	-	-
Total	303.916	(123.427)	1	-

(ii) Composição das operações de crédito por vencimento:

Curso Normal	31.12.2021		31.12.2020
	Parcelas a vencer		
até 3 meses	127.490		1
3 a 6 meses	13.039		-
6 a 12 meses	8.811		-
Curso Anormal			
Parcelas vencidas	154.576		-
Até 14 dias	49.857		-
até 3 meses	68.124		-
3 a 6 meses	36.088		-
6 a 12 meses	507		-
Total	303.916		1

(iii) Classificação da carteira das operações de crédito:

Nível	31.12.2021			31.12.2020		
	Curso Normal	Curso Anormal	Total	Curso Normal	Curso Anormal	Total
A	-	-	-	1	-	-
C	77.834	-	77.834	-	-	-
D	64.439	-	64.439	-	-	-
E	5.226	63.683	68.909	-	-	-
F	90	56	146	-	-	-
G	1.750	90.331	92.081	-	-	-
H	1	506	507	-	-	-
Total	149.340	154.576	303.916	1	-	1

(iv) Classificação da provisão por fator de risco das operações de crédito:

Nível	31.12.2021			
	%Provisão Mínima Requerida	Requerida	Adicional	Total
C	3%	2.335	5.441	7.776
D	10%	6.444	1.859	8.303
E	30%	20.673	6.980	27.653
F	50%	73	3	76
G	70%	64.457	14.655	79.112
H	100%	507	-	507
Total		94.488	28.939	123.427

Em 31 de dezembro de 2021 não houve baixa relevante para prejuízo (baixa no período menor que R\$ 1) ou recuperação de crédito.

Para gestão do risco de crédito, a Companhia utiliza modelos internos de avaliação das suas operações de crédito. A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente. A provisão requerida segue com base a Resolução 2.682/99 do CMN.

e) Outros Ativos a Receber:

	31.12.2021	31.12.2020
Valores a receber – Adquirentes (i)	3.891.488	1.607.500
Valores a receber – Ligadas (ii) – nota 20	206.827	236.103
Valores a receber – Transações de pagamentos (iii)	1.424.129	26.952
Conta de pagamento Instantâneo - PIX	827.585	296.972
Outros ativos a receber (iv)	140.515	15.790
Despesas antecipadas	19.445	8.300
Devedores por depósitos em garantia (v) (vi)	340.157	180.040
Total	6.850.146	2.371.657
Outros Créditos - Curto Prazo	6.487.956	2.191.617
Outros Créditos - Longo Prazo (vii)	362.189	180.040

(i) São constituídos pelos valores a receber das adquirentes oriundas das transações de cartões de crédito a vista e parcelado, dentro da plataforma Mercado Livre e outras plataformas de e-commerce e máquinas (MPOs) de Mercado Pago.

(ii) São transações a receber que o Mercado Pago possui com suas empresas coligadas - nota 20.

(iii) Corresponde substancialmente aos valores a receber de usuários finais e incentivos de performance Visa, relativos a transações de pagamento utilizando os cartões de crédito e débito de Mercado Pago como emissor pendente de liquidação.

(iv) Valores representados substancialmente por valores a receber de títulos e créditos a receber, outras comissões diversas de serviços de transações de pagamento e caixa a receber.

(v) Corresponde substancialmente aos saldos depositados judicialmente referente ao processo judicial relacionado ao não recolhimento de determinados impostos sobre operações de remessas para a matriz MercadoLibre Argentina. Em 31 de dezembro de 2021, o total dos depósitos em juízo totalizavam R\$327.322 (Em 2020 - R\$ 180.040).

(vi) Corresponde a depósito para prestação de garantia solicitado pela empresa Visa International Service para cobertura de eventuais riscos, com valor fixo e sem remuneração. Em 31 de dezembro de 2021, corresponde a um valor de R\$12.835 (Em 2020 -R\$11.952).

(vii) Corresponde aos montantes dos itens (v) e (vi) e aos valores a receber de usuários finais (iii) em estoque acima de 12 meses correspondiam aos montante de R\$22.032.

6. PROVISÃO PARA CHARGEBACK

A Companhia realiza a provisão para fazer face às perdas prováveis em valores a receber de usuários finais, relativos às transações de pagamento. A movimentação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está detalhada a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial	(64.804)	(31.110)
Reversão	66.034	94.112
Constituição	(184.400)	(127.805)
Saldo final	(183.170)	(64.804)

7. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível

	31.12.2021			
	Taxa Anual de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Residual
Software	33%	517.743	(230.734)	287.009
Software em desenvolvimento (i)	-	93.879	-	93.879
Total		611.622	(230.734)	380.888
	31.12.2020			
	Taxa Anual de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Residual
Software	33%	304.274	(147.269)	157.005
Software em desenvolvimento (i)	-	50.834	-	50.834
Total		355.108	(147.269)	207.839

(i) Corresponde às horas de serviços de TI necessárias para o desenvolvimento de novos softwares / sistemas.

b) Movimentação do intangível

	31.12.2021		
	Softwares	Desenvolvimento de software	Total
Saldos em 31.12.2019	65.280	18.525	83.805
Adições	148.941	32.309	181.250
Amortização	(57.216)	-	(57.216)
Saldos em 31.12.2020	157.005	50.834	207.839
Adições / transferências	213.469	43.046	256.515
Amortização	(83.465)	-	(83.465)
Saldos em 31.12.2021	287.009	93.880	380.888

8. DEPÓSITOS

a) Depósito de saldo de moeda eletrônica

Referem-se aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, inclusive os saldos em trânsito entre contas de pagamento da mesma instituição. Estão apresentados conforme a tabela abaixo:

	31.12.2021	31.12.2020
Saldos de livre movimentação	4.586.363	2.119.858
Obrigações por transação de Pagamentos (i)	1.337.330	1.865.200
Saldos bloqueados (ii)	314.517	397.409
Total	6.238.210	4.382.467

(i) Refere-se aos montantes que ainda não foram convertidos em moeda eletrônica tendo em vista que não foram cumpridos os requisitos previstos no arranjo de pagamento para que estes se tornem disponíveis para livre utilização.

(ii) Se referem aos saldos em trânsito entre contas de pagamento da mesma instituição e os valores a pagar a instituições participantes de arranjo de pagamento, relativos a transações de pagamento originadas de titular de conta de pagamento.

b) Depósitos de Captação de depósito e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos:

(i) Composição dos depósitos:

	31.12.2021
Certificado Depósito Interfinanceiro - CDI	131.122
Certificado Depósito Bancário - CDB	3.134.257
Letra Financeira - LF	515.919
Total	3.781.298

(ii) Composição dos depósitos por prazo de vencimento:

	31.12.2021			Total
	Até 3 Meses	De 3 meses a 12 meses	Acima de 12 meses	
Certificado Depósito Interfinanceiro - CDI (i)	131.122	-	-	131.122
Certificado Depósito Bancário - CDB (ii)	1.490.804	1.637.890	5.563	3.134.257
Letra Financeira - LF (iii)	-	-	515.919	515.919
Total	1.621.926	1.637.890	521.482	3.781.298

Total circulante dos saldos de depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

9.498.026

Total não circulante dos saldos de depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

521.482

(i) Em 31 de dezembro de 2021, os certificados de depósitos interfinanceiros são indexados a percentuais da taxa referencial de juros (DI).

(ii) Em 31 de dezembro de 2021, os certificados de depósitos bancário pós fixados são indexados a percentuais da taxa referencial de juros (DI) que variam entre 98% a 129%. Os certificados de depósitos pré fixados as taxas de juros variam entre 6,9% à 12,85%.

(iii) Em 31 de dezembro de 2021, as letras financeiras são indexados a 100% do percentual da taxa referencial de juros (DI) mais taxa nominal pré fixada de 1,1%.

9. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto de valores a pagar a instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e instituições de pagamento participantes de arranjo de pagamento, relativos a transações de pagamento. No exercício findo de 31 de dezembro de 2021, são compostos substancialmente pelas obrigações de liquidação junto as bandeiras de cartões de débito e crédito no valor de R\$1.515.333 (em 2020 - R\$144.244).

10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

a) Composição de obrigações por empréstimos

	31.12.2021		31.12.2020
	De 3 a 12 meses	Total	Total
Em moeda nacional	24.825	24.825	1.051.044
	24.825	24.825	1.051.044

b) Movimentação dos Empréstimos

	31.12.2020	Captações		Pagamentos		31.12.2021
	Saldo Inicial	Principal	Juros apropriados	Principal	Juros	Saldo Final
Em moeda nacional	1.051.044	224.822	21.566	(1.239.929)	(32.678)	24.825
	1.051.044	224.822	21.566	(1.239.929)	(32.678)	24.825

11. OUTROS PASSIVOS DIVERSOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e estatutárias

	31.12.2021	31.12.2020
Gratificações e participações a pagar	48.824	23.700
Total	48.824	23.700

b) Diversas

	31.12.2021	31.12.2020
Valores a pagar de sociedades ligadas (i)	1.713.087	1.864.573
Credores diversos - país (ii)	572.681	277.441
Provisão para pagamentos a efetuar	14.546	16.005
Total	2.300.314	2.158.019

c) Impostos e contribuições a recolher

	31.12.2021	31.12.2020
Impostos e contribuições a recolher	161.741	102.965
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	16.179	58.348
Total	177.920	161.313

d) Total de Outros passivos diversos e Outras obrigações

	31.12.2021	31.12.2020
Outras Obrigações Curto Prazo	2.152.008	2.144.038
Outras Obrigações Longo Prazo	375.050	198.994
Total	2.527.058	2.343.032

(i) São constituídos substancialmente pelos valores que devem ser repassados para empresas coligadas nas operações de *shipping* e corresponde ao montante que é cobrado do usuário final por transação nas plataformas, líquido da parcela da receita de processamento do Mercado Pago.

O restante dos valores inclui: rateio pelo uso da plataforma, rateio pelo processamento e utilização dos servidores de internet da matriz, reembolso de gastos, imagem corporativa, etc.

(ii) São constituídos substancialmente por valores a pagar para fornecedores.

(iii) São constituídos substancialmente por valores referente ao recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") sobre as remessas efetuadas para controladora na Argentina.

12. PROVISÕES

O Conglomerado Prudencial, no curso normal de suas operações, é parte em processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista em diversas instâncias, ajuizados. A Administração da Companhia adotou como procedimento a constituição de provisão com base em vários fatores, incluindo a opinião de seus assessores jurídicos externos, a análise das demandas judiciais pendentes e o histórico de perdas efetivas.

a) Composição das provisões

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo das provisões para ações judiciais é composto pelo seguinte:

	31.12.2021	31.12.2020
Provisão para ações judiciais (i)	27.748	17.930

(i) Corresponde às provisões representadas por ações de natureza cível de relação de consumo, trabalhistas e tributárias no qual há a probabilidade de perdas prováveis segundo opinião dos assessores jurídicos.

A Companhia pleiteia judicialmente o não recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") sobre remessas efetuadas para controladora na Argentina, relativas à prestação de serviços de IT, tendo em vista evitar a dupla tributação dos valores envolvidos nessas operações. Os assessores legais avaliaram que as chances de perda de tal causa é possível e, por essa razão, a Companhia efetua depósitos em juízo relativos a tais valores e demais processos enquanto discute a causa no âmbito judicial. Os valores depositados de tais valores e demais processos judiciais atualizados em 31 de dezembro de 2021 eram de R\$ 327.322 - nota 5.e (v) (Em 2020 - R\$168.088).

Para as Ações de perda possível, o risco estimado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$153.553 (Em 2020 de R\$ 79.000).

b) Movimentação das provisões

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial	17.930	15.966
Constituição/ (Reversão)	25.355	10.161
Pagamentos	(15.537)	(8.197)
Saldo final	27.748	17.930

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 577.339 representados por 577.339.985 cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. São assim distribuídas:

	<u>%</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>%</u>	<u>31.12.2020</u>
MercadoLivre.com Atividades de Internet Ltda.	26,44%	152.664.699	54,19	118.289.095
MercadoPago, LLC	71,32%	411.768.070	41,23	90.000.000
Mercadolivre, INC.	2,44%	12.907.216	4,58	10.000.890
Total (em reais)	100%	577.339.985	100%	218.289.985

Em 31 de janeiro de 2020, foi aprovada pelas sócios representantes da totalidade do capital social do Mercado Pago, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$20.000 mediante a emissão de 20.000.000 de cotas. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 07 de julho de 2020.

Em 29 de setembro de 2020, foi aprovada pelas sócios representantes da totalidade do capital social do Mercado Pago, a integração como sócia da Companhia a empresa MERCADOPAGO.LLC via aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$90.000 mediante a emissão de 90.000.000 de cotas. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 15 de dezembro de 2020.

Em AGE de 28 de dezembro de 2020, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social do Mercado Pago, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$129.050 mediante a emissão de 129.050.000 de cotas. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 8 de abril de 2021.

Em AGE de 30 de abril de 2021, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social do Mercado Pago, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$100.000 mediante a emissão de 100.000.000 de cotas. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 23 de junho de 2021.

Em AGE de 28 de dezembro de 2021, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social do Mercado Pago, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$130.000 mediante a emissão de 130.000.000 de cotas. O referido aumento em 31 de dezembro de 2021 está em processo de aprovação pelo BACEN.

b) Destinação dos lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, conforme deliberação dos sócios, houve a distribuição por meio de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 7.150.

c) Outros Resultados Abrangentes

Representam os ajustes cumulativos de valorização ou desvalorização do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos líquidos de impostos, sendo estes reclassificados para o resultado quando da efetiva realização dos saldos.

d) Participação de não controladores

O capital social da companhia Mercado Crédito, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 165.000 representados por 165.000.000 ações no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. São assim distribuídas:

	<u>%</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>%</u>	<u>31.12.2020</u>
Mercado Crédito Holding Financeira Ltda	50,01%	82.516.500	50,01%	20.004.000
Mercadopago, LLC	49,99%	82.483.500	49,99%	19.996.000
Total	100%	165.000	100%	40.000.000

O resultado do exercício de 31 de dezembro de 2021 foi um prejuízo no montante de R\$ 42.608 e o Patrimônio Líquido na referida data base é de R\$ 122.398.

14. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receitas de prestação de serviço com meios de pagamentos (i)	7.868.152	4.775.795
Receitas com intermediação de serviços (ii)	340.873	123.433
Total	8.209.025	4.899.228

(i) Corresponde às receitas de prestação de serviços de transações de pagamentos, adquirência e comissões cobradas de operações realizadas dentro da plataforma do Mercado Livre (processamento das operações à vista e parceladas) ou de outras plataformas de e-commerce, pagamentos de compras e tarifa de retiradas.

(ii) Refere-se basicamente às outras receitas operacionais pelos serviços de intermediação no qual o Mercado Pago atua como correspondente bancário na originação de operações de crédito de bancos parceiros, receita de intermediação como emissor de cartão e vendas de MPOs.

15. DESPESAS DE PESSOAL

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Proventos	(489.305)	(335.440)
Encargos sociais	(50.262)	(22.910)
Benefícios	(23.270)	(9.181)
Treinamento	(719)	(130)
Total	(563.556)	(367.661)

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Despesa com processamento de dados	(135.810)	(282.268)
Despesa com promoções e relações públicas	(235.268)	(209.511)
Despesa com propaganda e publicidade	(258.113)	(150.834)
Despesa com depreciação e amortização	(88.003)	(62.277)
Despesa com serviços técnicos especializados	(52.156)	(28.245)
Outras despesas administrativas	(24.161)	(5.201)
Total	(793.511)	(738.336)

17. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31.12.2021	31.12.2020
Despesa de contribuição ao COFINS	(620.200)	(418.613)
Despesa de ISS	(156.410)	(107.305)
Despesa de contribuição ao PIS/PASEP	(134.402)	(90.703)
Outras despesas tributárias (i)	(222.439)	(133.485)
Total	(1.133.451)	(750.106)

(i) Corresponde substancialmente às despesas tributárias relacionadas a contribuições de intervenção no domínio econômico (CIDE) e ao imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS).

18. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	31.12.2021	31.12.2020
Despesa direta por transações de pagamentos (i)	(1.282.191)	(1.263.963)
Despesa com serviços associados a transações de pagamento (ii)	(2.572.077)	(1.484.350)
Outras despesas operacionais (iii)	(2.129.421)	(508.754)
Total outras receitas/despesas operacionais	(5.983.689)	(3.257.067)

(i) Referem-se substancialmente às despesas e custos diretos por transação relacionadas meios de pagamentos.

(ii) Referem-se basicamente a despesas e custos com serviços associados a transações de pagamentos, como por exemplo: comissões a empresas de arranjo de pagamentos, emissões de boletos, custos associados a novas tecnologias, comissões com revendedores, prevenção a fraude e chargeback.

(iii) Corresponde substancialmente às despesas relacionadas à comercialização de equipamentos (MPOS) e rateio de despesas e custos operacionais com partes relacionadas.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL registrada no resultado do semestre.

	31.12.2021	31.12.2020
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL (i)	(342.375)	(124.583)
Alíquota vigente (ii)	34% e 45%	34% e 40%
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente	124.929	(42.364)
Efeito de itens permanentes		
Outros gastos não dedutíveis	(16.511)	6.275
Despesa de IRPJ e CSLL	108.418	(38.552)

(i) Alíquota 34% para a empresa Mercado Pago e 40% para a empresa Mercado Crédito. Entre os dias 01 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021 a alíquota da Mercado Crédito estava em um total de 45%, devido a majoração da alíquota de CSLL.

b) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos:

Impostos diferidos ativos sobre:

	31.12.2020	Constituição e Realização	31.12.2021
PDD e <i>Chargeback</i>	23.155	90.283	113.438
Provisões para contingências e outras provisões	92.575	45.945	138.520
Depósito Judicial - Importação Serviço	(4.432)	(4.002)	(8.434)
Provisão para bônus	8.758	5.777	14.535
Derivativos	11.450	(14.184)	(2.734)
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	37	1.975	2.012
Outros	49	(95)	(46)
Total	131.592	125.699	257.291
Ativo Fiscal Diferido Ativo	136.024	132.481	268.505
Passivo Fiscal Diferido Passivo	(4.432)	(6.782)	(11.214)
Total	131.592	125.699	257.291

c) Prazo de realização do crédito tributário:

	Em 1 ano	Em 5 anos	Saldo
Saldo do IRPJ e da CSLL diferidos	119.312	137.979	257.291

O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2021 é de R\$197.865.

20. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

	31.12.2021			
	Valores a receber	Valores a pagar	Receita	Despesa
Deremate .com de Mexico S. de R.L. de C.V.	1.125	-	3.408	-
DeRemate.com de Uruguay S.R.L.	131	(2.508)	-	(13.544)
Ebazar.com.br Ltda.	103.116	(606.901)	9.103	-
Mercado Credito FIDC Nao Padronizados	-	(5.145)	-	-
Mercado Credito I FIDC Nao Padronizados	6.180	-	-	-
Mercado Credito II Brasil FIDC Nao Padronizados	217	(236)	-	-
Mercado Credito Merchant FIDC Nao Padronizados	-	(98)	-	-
FIDC Arandu	49.931	-	-	-
Ibazar.com Atividades de Internet Ltda.	301	(154)	-	-
MercadoLibre Colombia Ltda.	98	(10.915)	-	(53.167)
Mercado Envios Serviços de Logística Ltda.	9.987	(548.175)	-	(1)
MercadoLibre S.R.L.	8.928	(444.043)	-	(926.886)
MercadoLivre.com Atividades de Internet Ltda	3.183	(36.732)	-	-
MercadoLibre Chile Ltda.	317	(1.059)	-	(2.244)
MercadoLibre, S.R.L. de C.V.	2.669	-	9.710	-
MercadoPago S.A.	674	-	2.862	-
Mercado Pago International LLC	19.739	-	-	-
MercadoPago Colombia Ltda.	231	-	1.114	-
Meli Uruguay S.R.L	-	(51.800)	-	(102.260)
MercadoLibre México Ltda	-	(4.375)	-	(19.513)
Mercado Crédito Holding Financeira Ltda	-	(145)	-	-
MercadoLibre Inc.	-	(801)	-	(11.895)
Total	206.827	(1.713.087)	26.197	(1.129.510)

	31.12.2020			
	Valores a receber	a pagar	Receita	Despesa
MercadoLivre Brasil	23.911	(391.399)	-	-
Mercado Envios Brasil	16	(2)	-	-
Ibazar Brasil	130.966	(885.471)	-	-
eBazar Brasil	80.441	-	-	-
Mercado Pago Int Argentina	-	(540.501)	-	(763.229)
MercadoLibre Argentina	-	(1.218)	-	(23.631)
MercadoLibre Inc Estados Unidos	-	(3.723)	-	(15.165)
Deremate.com Uruguai	-	(2.179)	-	(2.857)
MercadoLibre Colombia	-	4.770	-	-
Meli Technology Estados Unidos	-	(14.596)	-	(77.167)
MercadoLibre Uruguai	-	(928)	-	(1.478)
Mercado Crédito Holding Financeira LTDA	-	(146)	-	(146)
MercadoLibre Chile	101	-	-	-
Total	235.435	(1.835.392)	-	(883.672)

A remuneração total dos administradores no exercício foi de R\$9.678 (Em 2020 - R\$3.422).

21. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Conforme quadro abaixo, os instrumentos financeiros foram classificados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 através de hierarquia utilizando o método de mensuração dos ativos:

	31.12.2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Títulos e Valores Mobiliários	5.460.457	127.639	-	5.588.096
Títulos privados	-	127.639	-	127.639
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	88.102	-	88.102
Cotas de fundos de investimento	-	39.537	-	39.537
Outros	-	-	-	-
Títulos públicos	5.460.457	-	-	5.460.457
Letra Financeira do Tesouro - LFT	5.460.457	-	-	5.460.457
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	11.785	-	11.785
Termo de Moeda - NDF - Hedge	-	11.785	-	11.785
Passivo				
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	(4.418)	-	(4.418)
Termo de Moeda - NDF - Hedge	-	(4.418)	-	(4.418)

	31.12.2020			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativo				
Títulos e Valores Mobiliários	3.885.093	766.843	-	4.651.936
Negociação				
Títulos privados	-	40.066	-	40.066
Cotas de fundos de investimento	-	40.066	-	40.066
Disponível para Venda				
Títulos privados	-	726.777	-	726.777
Certificados de depósitos bancários – CDB	-	726.724	-	726.724
Cotas de fundos de investimento	-	45	-	45
Outros	-	8	-	8
Títulos públicos	3.885.093	-	-	3.885.093
LFT - vinculados à prestação de garantias	3.885.093	-	-	3.885.093
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	(33.809)	-	(33.809)
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	(33.809)	-	(33.809)
Termo de Moeda - NDF	-	(18.955)	-	(18.955)
Termo de Moeda - NDF - Hedge	-	(14.854)	-	(14.854)

Nos exercícios de 2021 e 2020, não ocorreram transferências entre níveis de mensuração dos instrumentos financeiros.

22. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCOS

Gerenciamento da estrutura de capital e riscos

Visando o atendimento à Circular BACEN nº 3.681/2013 e à Resolução CMN 4.557/17, o Mercado Pago e Mercado Crédito adotaram uma estrutura de gerenciamento de capital e riscos que é compatível com a natureza das atividades das Instituições e com a complexidade dos serviços que são oferecidos, permitindo que os riscos (Mercado, Operacional, de Liquidez e de Crédito) sejam identificados, mensurados, monitorados, controlados, mitigados.

O Mercado Pago e Mercado Crédito possuem e seguem a política de gerenciamento de riscos que orienta em relação à natureza e a posição geral dos riscos financeiros que deverão ser regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos financeiros no fluxo de caixa.

O Grupo Mercado Livre instaurou um Comitê de Crise, composto pela Alta Administração das empresas/unidades de negócios do Grupo, entre elas o Mercado Pago. Este Comitê se reúne periodicamente onde são discutidas e definidas as principais diretrizes e medidas a serem seguidas pelas empresas do grupo, seguindo inclusive as diretrizes governamentais e legislativas relacionadas a pandemia do Covid-19. Dentre estas discussões e medidas estão os temas relacionados aos Riscos Operacional, de Liquidez, de Crédito, de Tecnologia e de Segurança da Informação. Esse Comitê também monitora os principais processos e controles da Companhia os quais estão operando normalmente.

Mais informações podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Risco, publicado em nosso site (<https://www.mercadopago.com.br/informacoes-adicionais>).

Risco operacional

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos relacionados a: I) falhas na proteção e na segurança de dados relacionados aos usuários finais ou transações de pagamento; II) falhas de identificação e autenticação do usuário final; III) falhas na autenticação das transações de pagamento; IV) fraudes internas e externas; V) práticas inadequadas relativas a usuários finais e serviços de pagamento etc; VI) demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; VII) práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; VIII) danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; IX) situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição; X) falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); XI) falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição.

Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com os normativos vigentes, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e a política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, os relatórios de gerenciamento do risco operacional e o processo de disclosure.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não ser capaz de: i) honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e ii) não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

Para administrar risco de liquidez, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, monitoradas diariamente pela área de Riscos Financeiros. Como parte dos controles diários, são estabelecidos limites de caixa mínimos e de concentração de passivos. Em caso de necessidade, a Companhia também pode recorrer à sua Matriz para obtenção de empréstimo de longo prazo.

Risco de mercado

Busca mensurar o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, verificando continuamente a aderência às políticas e limites preestabelecidos. Dentre as métricas autorizadas pelo Banco Central do Brasil para o gerenciamento do risco de mercado e IRRBB, a Instituição utiliza como principais metodologias para a gestão de risco a métrica de Delta EVE e cenários de estresse. É reportado mensalmente pela área de riscos financeiros um apetite a risco por meio de um dashboard à alta gestão local e corporativa e as principais variações e limites são discutidos em reunião com as principais áreas envolvidas, procurando sempre proteger a instituição da volatilidade de mercado.

Risco de crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, incluindo inadimplementos.

As exposições primárias estão atreladas à possibilidade de inadimplência dos emissores de cartões e das adquirentes, os quais têm a obrigação de efetuar o pagamento dos valores relativos às transações realizadas pelos portadores dos cartões por eles emitidos. Além, o risco está voltado também às exposições de empréstimos através de cartões de crédito.

A estrutura de gerenciamento de riscos prevê limites para a realização de operações sujeitas ao risco de crédito, em aderência à resolução CMN 4.677/18, e limites para concessão de crédito à Partes Relacionadas, em aderência à resolução 4.693/18, além de estabelecer limites gerenciais através de política interna para enquadramento à Circular BCB 3.681/13. A estrutura possui também procedimentos destinados a identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de crédito e procedimentos para a recuperação de créditos.

Gestão de Capital

O nível de capital é calculado pela área de Riscos Financeiros com base na apuração do Índice de Basileia, e tem o objetivo de cumprimento regulatório e de subsídio à alta administração quanto aos valores mínimos para manutenção e continuidade das operações realizadas pela Instituição, visando o enquadramento às Resoluções CMN 4.192/13 e 4.193/13. Por autorização do Banco Central, a gestão de capital para fins de Basileia abrange apenas o Mercado Crédito SCFI, cujo índice em 31 de dezembro de 2021 foi de 39,18%, conforme abaixo:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Patrimônio de Referência (PR)	<u>122.399</u>	<u>39.944</u>
Nível I	122.399	39.944
Capital Principal	122.399	39.944
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	<u>312.390</u>	<u>142.301</u>
Risco de Crédito (RWA Cpad)	193.776	40.193
Risco Operacional (RWA Opad)	118.614	102.108
PR Mínimo Requerido	<u>24.991</u>	<u>11.384</u>
Margem PR	97.408	28.560
Índice de Basileia	39,18%	28,07%
Margem PR considerando RBAN	86.240	26.762

23. LIMITES OPERACIONAIS

De acordo com a Circular nº 3.681/13, as instituições de pagamento emissoras de moeda eletrônica estão obrigadas a manter, permanentemente, Patrimônio Líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, o maior valor entre 2% do valor médio mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 meses ou do saldo das moedas eletrônicas por elas emitidas, apurado diariamente.

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido do Conglomerado Prudencial é de R\$ 441.912 (Em 2020 - R\$305.798), superior a 2% do valor médio mensal transacionado nos últimos 12 meses, que corresponde a R\$ 319.172 (Em 2020-R\$ 204.965).

24. RESULTADOS NÃO RECORRENTES E RECORRENTES

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do semestre aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2021, o Conglomerado Prudencial não possui valores de resultados não recorrentes.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

A companhia está estudando e elaborando o plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida pela Resolução 4.966 de 25/11/21 e os impactos desta norma nas Demonstrações Financeiras;

Em 02 de março de 2022, foi aprovada pelo BACEN o aumento de Capital Social da companhia Mercado pago no montante de R\$130.000 mediante a emissão de 130.000.000 de cotas.

Em AGE de 31 de janeiro de 2022, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social do Mercado Pago, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$395.000 mediante a emissão de 395.000.000 de cotas. O referido aumento foi aprovado pelo BACEN em 17 de março de 2022.

Em AGE de 24 de fevereiro de 2022, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da Mercado Crédito, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$300.000 mediante a emissão de 300.000.000 de cotas. O referido aumento foi aprovado pelo BACEN em 11 de março de 2022.

DocuSigned by:

Tulio Xavier de Oliveira

690F817E5DA4A9B

Tulio Xavier de Oliveira
Responsável Legal

DocuSigned by:

Regis Reis

EF65057C605B46B...

Regis Reis
Contador CRC-1SP 192454/O-8